

ROCHA, João Cezar de Castro. *O exílio do homem cordial: ensaios e revisões*. Rio de Janeiro: Museu da República, 2004. 335 p.

Rita Felix Fortes¹

Na introdução do livro *Exílio do homem cordial*, intitulada “Uma história cultural alternativa?”, João Cezar de Castro Rocha – ao dialogar com a obra de Fernando Azevedo – esclarece que seu propósito é fazer uma revisão de alguns pressupostos recorrentes na cultura brasileira que implicam as mazelas da cordialidade nas relações entre os intelectuais brasileiros. Dentre essas destaca: a determinação das relações pessoais na reciprocidade dos elogios; a confirmação respectiva dos pares, em detrimento da discussão e oposição das idéias; a lógica do favor – tributário da cordialidade – que implica a redução drástica do universo de leitura, visto que se lê, preferencialmente, a produção dos “amigos”, e ignora-se a produção dos oponentes, independentemente do seu valor. Há que se destacar, por sua vez, que o Autor não se coloca a salvo dessa tendência; ao contrário, reitera que ela estaria internalizada no comportamento do intelectual brasileiro em geral e ninguém estaria a salvo. Esta abordagem crítica e autocrítica leva à reflexão sobre a sedimentação cultural da cordialidade, que, por estar ligada ao coração, seria sempre positiva. No entanto, ao contrário do disseminado, tal personalismo tende à falta de distanciamento crítico para com os “amigos” e a uma profunda intolerância para com os “inimigos”. Encerrando a introdução, o Autor mapeia o livro como um todo, cuja estrutura é formada por três núcleos temáticos. O primeiro, intitulado “*Cordialidade*”, é composto por três capítulos, nos quais o A. discute a “questão da cordialidade e os possíveis desdobramentos teóricos associados ao conceito [de cordialidade] desenvolvido por Sérgio Buarque de Holanda” (p. 18); o segundo núcleo temático – também composto por três capítulos – intitulado “*Exílio*”, trata da temática da “paradoxal presença da metáfora do exílio

¹ Professora do Curso de Letras do Campus de Marechal Cândido Rondon e do Programa de Mestrado em Letras da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Unioeste. E-mail: fortes@rondonet.com.br

na autodefinição da cultura brasileira” (p.18); a última parte – formada por quatro capítulos – intitulada “Vida intelectual”, faz releituras de “determinadas interpretações de célebres polêmicas ou de juízos consagrados da vida intelectual brasileira” (p. 18).

O Autor inicia o primeiro capítulo, intitulado “A história das palavras”, discutindo sobre como as palavras podem ser maculadas, de acordo com a época, o contexto e as circunstâncias nas quais são empregadas.² Ele parte do entrecruzamento entre as palavras *literatura*, *homem de letras*, *cordialidade* [grifos do autor] no contexto literário brasileiro. Esta abordagem parte da premissa de que o surgimento da antropologia – no século XVIII – disseminou a noção de que a cultura pressupõe o respeito pela alteridade, o que implicou ultrapassar “o âmbito restrito de nossos códigos e crenças, revelando a diversidade de formas culturais possíveis” (p. 25). Se tal visão da cultura era recente, a noção de literatura há muito cristalizada, pressupunha o predomínio da imaginação, associado à capacidade de expressão através da linguagem. No entanto, de acordo com o Autor, somente no século XIX consolidou-se o atual sentido do que é literatura: “as letras cuja reunião, impulsionada pela imaginação, provoca um efeito determinado” (p. 27).

Até o século XVIII o *litteratus* – tendo por mecenas um nobre ou a igreja – era aquele que detinha um vasto domínio tanto de leitura quanto da capacidade de manipular as palavras. A partir do século XIX o Estado assumiria o papel de mecenas, “direcionando os esforços artísticos e intelectuais para a celebração da nacionalidade” (p. 27). O Autor discute como se deu esta mudança da condição e do papel do homem de letras nos contextos inglês e francês para, então, ater-se à paradoxal situação do *homem das letras* no Brasil. Em virtude da falta de mercado consumidor de cultura, o Estado, além de promover ações culturais, passaria a suprir a escassez de público. Mas, como no Brasil,

² Atualmente, o vergonhoso lamaçal de corrupção que – admitamos ou não – respingou no presidente Luiz Inácio Lula da Silva, achincalhou a palavra *companheiro*, amplamente empregada por ele, em substituição à palavra *camarada*, empregada no regime socialista soviético. A palavra *companheiro* que, até então, tinha – de acordo com o dicionário Houaiss – dez significados – todos positivos e solidários – atualmente, sabe a corrupção e falcaturas. Oxalá o tempo seja capaz de limpá-la, resgatando os significados solidários, tão agradáveis e palatáveis que ela já teve.

as relações entre os interesses públicos e privados sempre foram promíscuas, a dependência dos intelectuais em relação à “coisa pública” agrava o favorecimento de grupos particulares, em detrimento da isenção, que deveria existir no que se refere ao que é público, portanto, de interesse comum, e não personalista e particular. Esta seria a base e a fonte viciosa da cordialidade.

A *cordialidade* é, de acordo com o Autor, um dos conceitos mais “fascinantes da história das idéias no Brasil” (p. 34), pois, além de constituir a base viciosa supracitada, é fonte de um outro equívoco que se perpetuou. Castro Rocha salienta que, quando Sérgio Buarque de Holanda publicou *Raízes do Brasil*, seu conceito de cordialidade postulava que “numa sociedade violenta e discriminatória como a brasileira, a cordialidade pareceria antes uma projeção ideológica que oculta a desigualdade efetiva das relações sociais. Cordial, o brasileiro? Na verdade, o brasileiro seria violento!” (p. 35).

No entanto, se atribui a Sérgio Buarque de Holanda uma visão diametralmente oposta àquela postulada em *Raízes do Brasil*: a idéia de que o brasileiro seria sincero, afetuoso e amigo, visto ser, sempre, regido pelos sentimentos que vêm do coração – *cor, cordis* – por isso, cordial. Contudo, ser regido pelo coração pode significar não apenas ser afetuoso e amigo, mas “rebelde a leis abstratas e disposições universais, pois conduz o cotidiano com base em impulsos e emoções” (p. 35). Castro Rocha retoma, aqui, a questão das mazelas implícitas à cordialidade no universo das letras, isto é, o homem cordial tende a usar a cordialidade como forma de favorecimento de grupos familiares e camadas dominantes. Em uma sociedade cordial qual seria o papel do Estado? De acordo com Sérgio Buarque de Holanda o homem cordial se opõe ao Estado no que se refere aos princípios impessoais que devem reger o que é público. Castro Rocha destaca que esta incapacidade de entender o que é público implica “promiscuidade entre as esferas públicas e privadas; tendência a lançar mão de recursos públicos como se pertencessem ao governante de plantão” (p. 41), tendências essas que Buarque de Holanda acreditava – em 1936, quando da publicação de *Raízes do Brasil* – seriam brevemente superadas com a transformação do país de rural/agrário em urbano/industrializado. No entanto, desafortunadamente, o tempo desmentiu a visão de Sérgio Buarque e reiterou a visão crítica contemporânea de João Cezar de Castro Rocha.

O segundo capítulo, intitulado “As origens e os equívocos da cordialidade”, discute o que, de acordo com o Autor, estaria na origem do equívoco em relação à interpretação do que seria a cordialidade segundo Sérgio Buarque de Holanda. Este equívoco resultaria de uma coincidência quanto à data de publicação. Assim como *Raízes do Brasil, Sobrados e mucambos*, de Gilberto Freyre, também foi publicado em 1936. *Raízes do Brasil* foi o primeiro volume da coleção intitulada “Documentos brasileiros”, coordenada por Gilberto Freyre que, inclusive, fez o Prefácio da primeira edição, no qual, ao invés de se ater à obra prefaciada, elogia a capacidade intelectual do autor: “involuntária referência ao conceito de cordialidade enquanto predomínio dos afetos e das relações pessoais” (p. 52). Ambos os livros se atêm ao processo de urbanização e, ao longo das últimas sete décadas, teria sido atribuído a *Raízes do Brasil* – especialmente no que se refere à cordialidade – um conceito que, de fato, se aplica a *Sobrados e mucambos*. Isto é “produziu-se uma particular miscigenação hermenêutica, segundo a qual se atribui a conceituação a Sérgio Buarque de Holanda, interpretando-se, porém o conceito com base em Gilberto Freyre” (p. 56).

Gilberto Freyre estabelece uma estreita relação entre a cordialidade, entendida como aquilo que vem do coração e da afetividade, à questão da miscigenação racial brasileira. Ele se atêm, ainda, ao sentido da polidez cordial enquanto “técnica da bondade” como um traço cultural brasileiro. Já Sérgio Buarque de Holanda, conforme já foi dito, “opõe cordialidade à polidez cordial e à cortesia, incluindo o amor, assim como o ódio, no conjunto das reações tipicamente cordiais” (p. 61).

Da perspectiva de Freyre, a decadência do patriarcado rural não ameaçou as relações cordiais, assim como teria sido harmônica, no século XIX, a ascensão do mulato: “o homem cordial por excelência” (p. 63). Da perspectiva de Sérgio Buarque, o processo de urbanização:

mais do que ameaçar a sobrevivência das relações cordiais (...) levaria a seu progressivo desaparecimento. (...) A cordialidade é apenas um instrumento para a descrição de uma constelação histórica específica, dominada pela família patriarcal: *o homem cordial é o sintoma da herança rural* (p. 64).

De acordo com João Cezar de Castro Rocha, a despeito da diferença de perspectiva, o conceito de cordialidade vinculado à idéia de amizade, simpatia e disponibilidade emocional “é atribuído a Sérgio Buarque de Holanda, mas, no tocante à sua interpretação, a proposta de Gilberto Freyre [que exclui os rancores, as vinganças e os conflitos] triunfou!” (p.64). No capítulo três, que encerra a primeira parte do livro, o Autor discute a relação entre o homem cordial e as vanguardas européias.

No capítulo quarto, que abre a segunda parte do livro, intitulada “Exílio”, o Autor discute as alterações que Sérgio Buarque de Holanda operou em *Raízes do Brasil* ao longo do tempo e aventa várias hipóteses para explicá-las. A partir da segunda edição, o autor acrescentou notas que reforçam suas fontes e eliminou partes nas quais ele celebrava a obra de Gilberto Freyre, dentre outras.

No capítulo quinto, a temática do exílio, que, inclusive, dá nome ao livro de Castro Rocha, é rastreada pelo autor Gonçalves de Magalhães “que inaugurou o jogo com os advérbios ‘lá’ e ‘aqui’, a fim de sugerir a metáfora do exílio como base do romantismo nos trópicos. É como se o brasileiro somente concebesse o próprio mediante o alheio” (125). Este jogo entre o “lá” e o “aqui” será retomado por Gonçalves Dias, que o tornou canônico no imaginário brasileiro. De acordo com Sérgio Buarque de Holanda, em um prefácio para *Suspiros poéticos e saudades*, o romantismo “chegou a atingir (...) algumas das realidades mais profundas e das riquezas mais autênticas da nossa vida emocional” (HOLANDA, *apud* ROCHA, p. 126). Também Mário de Andrade já havia identificado a onipresença do sentimento de exílio na formação da literatura brasileira. Este mesmo tema é retomado a propósito da obra de Euclides da Cunha, quando ele se refere à terrível pena do degredo “como forma de povoar as colônias do além mar” (p. 145). Ainda a propósito de Euclides da Cunha, o capítulo seis se atém – dentre outros temas – à questão cartográfica como forma de conhecimento – ou desconhecimento – que desvela, através da precariedade de informações precisas, “a difícil relação do homem com a terra” (p. 175).

Na nota que abre o sétimo capítulo e a terceira parte do livro, o Autor se propõe, ainda, às seguintes abordagens: ler *Os sertões* como “‘um ensaio parnasiano’ (...) categoria que supõe a reconstituição do campo discursivo da época da escrita [da obra de Euclides da Cunha]”

(p. 201); situar a obra de Gilberto Freyre no contexto da escola paulista; reler com um olhar contemporâneo, mas sem desdém, a obra de Silvo Romero e, finalmente, “refletir sobre as implicações do texto machadiano para a compreensão da complexa relação entre a narrativa da história e a da literatura” (p.287).

Creio que *O exílio do homem cordial* – por retomar e analisar com muita propriedade alguns dos principais traços culturais brasileiros, identificados e discutidos por Sérgio Buarque de Holanda, Gilberto Freyre e Euclides da Cunha, dentre outros – pode ser considerado, conforme a feliz expressão de Antonio Candido, “um clássico de nascença”.